

O campo da Ciência e Tecnologia (C&T) durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985): rupturas, coerções e tentativas de institucionalização

César Alessandro Sagrillo Figueiredo¹

Resumo: O campo da Ciência e Tecnologia (C&T) brasileira durante a ditadura civil-militar (1964-1985) foi um lócus em disputa entre a corporação militar, a burocracia estatal e a comunidade científica, sobretudo em virtude das diretrizes econômicas nacionais e internacionais. Este artigo pretende examinar o desenvolvimento do campo da C&T brasileira durante o ciclo ditatorial. Como resultado da pesquisa, constatamos que a falta de diálogo e o excesso de cerceamento imposto à comunidade científica foram umas das marcas do período.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar brasileira; Ciência e Tecnologia; Política de Estado.

¹ Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) no curso de Licenciatura em Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Língua e Literatura – PPGLIT/UFNT e no Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais – PPGDire/UFNT. E-mail: cesarpolitika@gmail.com

O campo da Ciência e Tecnologia (C&T) durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985): rupturas, coerções e tentativas de institucionalização.

FIGUEIREDO, C. A. S.

The field of Science and Technology (S&T) during the brazilian civil-military dictatorship (1964- 1985): ruptures, coertions and attempts at institutionalization

Abstract: The field of Brazilian Science and Technology (S&T) during the civil-military dictatorship (1964-1985) was a locus of dispute between the military corporation, the state bureaucracy and the scientific community, especially due to national and international economic guidelines. This article aims to examine the development of the field of Brazilian S&T during the dictatorial cycle. As a result of the research, we found that the lack of dialogue and the excessive restriction imposed on the scientific community were one of the hallmarks of the period.

Keywords: Brazilian civil-military dictatorship; Science and technology; State policy.

Introdução

O campo de Ciência e Tecnologia (C&T) é composto por uma miríade de atores, e formatado por uma série de motivações e influências do espectro nacional e internacional. Nesse cenário, realçamos a importância da economia, impulsionadora dos rumos e do dirigismo político impostos à comunidade científica. A partir do exposto, possuímos como tema de pesquisa o estudo do desenvolvimento da C&T brasileira no período da ditadura civil-militar (1964-1985). Desta forma, construímos o seguinte problema de pesquisa: Quais foram as condicionantes legadas pela ditadura civil-militar para o campo brasileiro da C&T? Também, como se processou a institucionalização das Políticas Públicas de Estado no setor? Como caracterizar as evoluções do campo da Ciência e Tecnologia brasileira durante o ciclo ditatorial?

O período em tela é deveras importante, precisamente, pelo modo e pelos efeitos deletérios que causaram ao Brasil em face de terem rompido com a moldura democrática a partir da segunda metade do século XX. Ou seja, enfatizamos que os processos e ordenamento institucionalizados naquele momento para o setor de C&T se mantiveram perenes durante as décadas seguinte, tanto em face dos saldos deficitários quanto sobre alguns pontos positivos que porventura possa ser enunciado¹.

A fim de refinar um tema amplo e com tempo transcorrido longo, torna-se pertinente elaborarmos os seguintes objetivos específicos: 1) estudar longitudinalmente os distintos Gerais Presidentes e seus governos, de modo a avaliar as formas de incentivo, ou cerceamento, ao campo científico brasileiro; 2) identificar os diferentes grupos de pressão que influenciaram nas políticas ao setor; e, 3) analisar a conjuntura internacional com a política imposta do capital estrangeiro e o lugar destinado ao Brasil dentro do mundo globalizado altamente especializado da C&T. Nesse sentido, a metodologia empregada de

acordo com o delineamento do artigo, versará dentro de uma pesquisa qualitativa através de uma reconstituição histórica.

A ditadura civil-militar e o esboço de uma implantação do campo científico (1964-1973)

Por um período de quase dez anos, o bloco de poder emergente visou a uma acomodação com o bloco de poder populista [...] quando os interesses multinacionais e associados notaram a dificuldade crescente em se conseguir conter a massa popular dentro do sistema político populista, o bloco de poder emergente teve de recorrer a outros meios.ⁱⁱ

Com início da ditadura civil-militar não se encerra somente um ciclo democrático no Brasil, mas também as discussões em torno de um projeto nacional desenvolvimentista que vislumbrava, mesmo com severas críticas, os alicerces para o processo tanto de industrialização genuinamente brasileira quanto para a educação, a ciência, a tecnologia, o desenvolvimento e a inovação. A ditadura, ao seu modo, tentou responder aos dilemas do país, porém alijou o diálogo entre o campo científico em vias de institucionalização e a arena das políticas públicas governamentais, cerrando a discussão e a democratização do cenário. Conexões interinstitucionais que numa ditadura militar nunca iria germinar, justamente pelo fato que o debate e a comunicação não seriam instrumentos de trabalho valorizados naquele período, visto tratar-se de um Estado de exceção gerando severas fraturas para a C&T ao longo das décadas seguintes.

Ainda, torna-se marcante enfatizar o período da ditadura civil-militar, pois, entre as configurações políticas do século XX, foi uma das mais

determinante para a formação do Estado brasileiro em face do longuíssimo processo ditatorial e vindo a influenciar fortemente a democracia vindoura na sua moldura institucional, tanto no ordenamento civil e político como nos marcos regulatório e coerções impostas de modo perene pelas Forças Armadasⁱⁱⁱ. Assim sendo, o Golpe de 1964 foi um divisor de águas da política brasileira e, conseqüentemente, um fator de impacto que legou uma complexa herança para a sociedade civil.

O período que se inaugura não pode ser lido de maneira unívoca e tampouco como produto apenas da corporação militar. Precisamos analisar o momento histórico como produto de todas as forças que o compunham, tanto militares quanto civis. Igualmente, precisa ser colocado em relevo que os Presidentes ditadores que tomaram o poder respondiam a projetos diferenciados para o Brasil, mesmo tendo como lume principal a Doutrina de Segurança Nacional^{iv}. e um desenvolvimento conservador extremamente autoritário. As políticas públicas embrionárias que nasciam para o setor de C&T já germinavam sob essa insígnia de disputa dos grupos que compunham o governo ditatorial^v, pesando, fundamentalmente, a influência externa americana, haja vista o governo dos Estados Unidos era o fio condutor de sustentação, apoio e legitimação do regime no plano internacional^{vi}.

Começamos a análise com o governo de Castelo Branco (1964-1967), que pontualmente não elaborara, de fato, nenhum projeto para a seara tecnológica nacional, pois esse governo estava mais preocupado com a estabilização e consolidação da ditadura com as edições dos Atos Institucionais, o controle da inflação e, a tentativa, sem sucesso, da volta do crescimento econômico. Segundo Baumgarten^{vii}, “neste período, praticamente inexistia uma política explícita de ciência e tecnologia, como exceção de escassas medidas de política educacional voltadas para a ampliação das oportunidades de acesso à educação”, por exemplo, a

autora destaca os acordos entre o Ministério da Educação (MEC) do Brasil e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID, na sigla em inglês), como ficaram conhecidos as reformas da universidade brasileira daquele período. Para definir bem os objetivos dos militares é salutar a seguinte citação que situa o período:

O Conselho Monetário Nacional foi fundado em 31 de dezembro de 1964, através da Lei nº 4.595. A mesma lei foi responsável pela extinção da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) e pela criação da instituição que a substituiria, o Banco Central do Brasil (LOURENÇO NETO, 2010). Quando esse processo se deu, a inflação no início da ditadura militar já beirava aos 100% anuais. Havia um acordo entre militares e setores da burguesia que combater a inflação deveria ser tarefa central do novo governo.^{viii}

Quanto a economia, o governo lançou o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), mas sem estimular a tecnologia nacional. Seguindo a cartilha dos demais governos anteriores, sobretudo o exemplo do período Juscelino Kubitschek, o governo militar incentivava o consórcio de desenvolvimento associado ao capital estrangeiro, vaticinando que “a promoção da transferência tecnológica para o país através da presença de empresas estrangeiras facilitava maior conhecimento tecnológico ao país, ao mesmo tempo em que poupava de dispêndios substâncias de pesquisa”^{ix}. Ou seja, a lógica continuaria a mesma com o aprofundamento do capital estrangeiro no país e, como consequência direta, a exclusão dos polos tecnológicos e de pesquisa nacional.

Somente a partir do governo de Costa e Silva (1967-1969), de fato, começou a ocorrer um maior delineamento dessa seara, visto que foi elaborado o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED, 1968-1970). Nesse programa, portanto, podemos dizer que pela primeira vez é enfatizado

a articulação entre os setores tecnológicos e a política industrial brasileira. Havia o caráter inédito de iniciar uma construção política para o setor no país visando um novo desenho político para a gestão científica; porém, vinha inscrita dentro de uma conjuntura de acirramento ditatorial com a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em dezembro de 1968. Esse Ato Institucional bloqueava severamente todas as formas de comunicação que pudesse existir, uma vez que o governo abria pouco espaço para o campo científico contribuir com a política em curso. Ou seja, quaisquer críticas que pudesse existir poderia ser caracterizado como oposição aos militares, logo, sendo objeto de muitos constrangimentos para a ciência.

Nesse sentido, portanto, as discussões que vieram a nortear as políticas do setor nasciam sob a insígnia do medo e da ausência do debate acadêmico. Mediante a conjuntura, podemos dizer que o campo científico teve pouco poder barganha, uma vez que o desenho da política pública orientada para o setor já vinha com um delineamento definido a partir do corpo diretivo que conduzia a política autoritária nacional. Justamente por isso, o governo possuía um papel dirigente principal com vista a impulsionar o setor e visando construir um novo padrão desenvolvimentista combinado com um modelo conservador autoritário. Embora com complicado cenário, abria-se com parcimônia e com muito cuidado para a comunidade científica, por meio de novas pesquisas vinculadas ao projeto nacional estatizante, sobretudo mirando a associação da comunidade científica com as futuras estatais que viriam a ser construída ao longo do regime.

Mantendo o binômio desenvolvimento conservador e segurança nacional, após o falecimento de Costa e Silva, assume o poder Emílio Médici (1969-1974), apresentando-se como uma das faces mais duras do regime militar, pois foi o período em houve as maiores denúncias contra os direitos humanos e demais crimes considerados de lesa-humanidade^x. Esse período fora caracterizado com o denominado “Milagre Econômico”, momento em

que o país deu um salto de crescimento artificial em face do endividamento externo junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), que em seu cerne almejava a retomada do crescimento do país mediante empréstimos internacionais.

Médici lança o Plano Nacional de Desenvolvimento (IPND), que em seu objetivo principal visava desenvolver o setor tecnológico do país e impulsionar alguns setores tido como de alta performance. Entretanto, como já acontecera em outros momentos, a dinâmica do setor em que pretendia-se ambicionar um novo dinamismo ficava comprometida pela falta de estudo e conhecimento dos processos, sendo, portanto, substituído com astúcia pelos *players* mais desenvolvido do plano internacional, justamente, alocando e suprindo as demandas internas onde faltava conhecimento e expertise. Como resultado, não houve a oxigenação esperada e tampouco a renovada do setor nacional, pois como enfatiza Baumgarten^{xi}, “o caráter da política científica e tecnológica foi mais simbólica do que vinculado com as efetivas condições de desenvolvimento”.

Embora as debilidades, esse foi o momento que realmente a C&T começou a ter um desenho e um planejamento estratégico gerencial, talvez um dos poucos legados do período militar para a seara analisada. Não obstante, realçamos a falta de articulação entre o governo e o campo científico, sendo muitas vezes apenas peças decorativas nas reuniões sobre a temática, haja vista que a força de implementação da política pública da área emanava dos que se convencionou chamar de tecnoburocratas do regime militar. Também, depõe contra a falta de diálogo entre sociedade civil e as instâncias deliberativas, obviamente, que num Estado de exceção a política era para ser acatada e não discutida, especialmente a política que impactava diretamente junto ao meio universitário educacional, tido como ambiente perigoso e dotado de atores contrários a solidez da ditadura.

Mesmo com todos esses constrangimentos, tais diretrizes iriam dar as

bases para os rumos da continuidade da C&T nacional ao longo dos anos 70, orientada de maneira elitista e sem o debate com a sociedade civil, bem como sem construir pontes com a participação popular para definir as áreas prioritárias e os mercados a serem impulsionados. Contraditoriamente, o setor começou a construir os seus *input* a fim de edificar o parque industrial brasileiro em combinação com a C&T, mesmo que esses *links* já nascesse comprometido e vinculado ao capital estrangeiro, segundo os ditames da corporação militar. Reiterando, esses enlaces são endossados sobretudo pelos empréstimos internacionais a juros baixos e que replicariam nos motivos dos muitos prejuízos do Brasil no próximo cenário vindouro, tanto para a economia quanto para as demais áreas tributárias dos recursos financeiros para o seu desenvolvimento.

A tentativa de implementação de um parque de C&T e a reestruturação do Estado (1974-1985)

O período em tela tratado é dotado de inúmeras dissabores, mesmo que a corporação militar possuísse algumas vigas mestras para o setor, entretanto, não contava com irrupções no cenário internacional, fatos esses que implicavam diretamente na economia nacional, conseqüentemente, refletindo nos rumos da política do setor tecnológico. Num primeiro momento, ainda, a Crise do Petróleo dos anos 70 não foi um fator de peso para mudança de rota e correções das agendas das políticas Públicas, pois conforme verificamos a diretriz do setor continuava a ser emanada diretamente via decreto e sem o diálogo popular. Registramos, a fim de marcação histórica, que o General Presidente em curso durante a Crise do Petróleo era Emilio Médici, finalizando o seu mandato e sendo substituído na sequência por Ernesto Geisel (1974-1979).

Essas acomodações dos blocos de poder que foram dar origem ao alto escalão militar na condução do país, de acordo com o já sublinhado, não eram passíveis de conflito interno entre os altos escalões das Forças Armadas, assim como era passível de ajuste e influência tanto da burguesia nacional quanto do dirigismo do exterior. Embora possuindo mando político do país, o General Presidente precisava responder a um elenco de agentes com posições estratégicas principais, justamente a fim de realizar a condução das políticas que seria implementada no Brasil. Realçamos, sobretudo acerca das políticas do setor da C&T, visto ser um setor considerado estratégico para o fomento do parque fabril nacional, assim como para a evolução e manutenção dos consórcios da ditadura com os seus pares no plano internacional.

Em síntese, esse processo de construção de uma política efetiva para o setor, com certeza, precisava ir ao encontro das motivações da burguesia nacional, da classe política e, especialmente, dos grandes *players* internacionais que davam lastro de sustentação econômica e político para um Estado de exceção. Sublinha-se, ainda, esse caráter anômalo de nações democráticas servirem de anteparo para países com fortes ditaduras, não obstante a contradição, seria a tônica nos anos 70, mais precisamente na América Latina em face das diversas ditaduras militares que possuíam apoio direto, precisamente, do governo americano^{xii}.

O projeto internacional para essas regiões era muito claro, pois 1) visava conter os processos de esquerdização que causava temor na Latinoamérica desde a revolução cubana; e, ao mesmo tempo, 2) pautava em modificar o modelo de acumulação produtiva, não com vista a desenvolver o incompleto ciclo fordista ou implantar o novíssimo processo de acumulação produtiva, mas sim transformar definitivamente em países dependentes e, justamente por isso, era necessário mudar radicalmente as funções do Estado. Como consequência, abria-se a economia para o novo

cenário que iria se materializar, de fato, a partir dos anos 80 com o Neoliberalismo^{xiii}. Torna-se importante esse painel da política internacional da América Latina nesse período, precisamente, para compreender os óbices pelos quais passava o Brasil e que no mesmo gradiente possuía iguais correspondências noutros países assolados por ditaduras com suas pesadas influências externas.

No Brasil, desde o Governo Médici e ao longo dos anos 70, todas as diretrizes para o setor tecnológico eram definidas por decreto federal, impulsionando política sem o devido debate com o campo científico brasileiro, inclusive, sem o interesse de consolidar uma comunidade científica crítica a fim de contribuir com as demandas do setor, conforme podemos registrar, por exemplo, com a criação em 1970 da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Também, registramos as mudanças sucessivas de órgãos gestores na condução dessas políticas, ora ligado a economia na pasta do Ministro Delfim Neto ora ficando diretamente ligada ao gabinete da presidência durante o governo de Ernesto Geisel^{xiv}. Buscando uma nova retomada no setor, sobretudo, visando ajustar a condução do setor junto as novas configurações internacionais, Geisel edita do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II-PND), que possuía as seguintes vigas mestras:

A ênfase da política industrial do Governo Geisel recaiu na indústria eletrônica de base e na área de insumos básico, fundamentada em razões de segurança e defesa e buscando realizar a configuração definitiva do perfil industrial desejável para o Brasil, através de uma nova fase de substituição das importações. A indústria de bens de capital foi considerada estratégica para a difusão do progresso técnico no âmbito do sistema produtivo e setores como a indústria eletrônica, particularmente computadores, petroquímica e química, siderurgia,

metalurgia e aeronáutica, de alto conteúdo tecnológico, passaram a ser considerados prioritários em termos de desenvolvimento científico e tecnológico. Privilegiaram-se também as indústrias tradicionais como a de alimentos, e os complexos agroindústrias.^{xv}

Citação extremamente pertinente, uma vez que aponta os caminhos que o núcleo estratégico que compunha o gabinete presidencial elaborava a respeito dos caminhos do setor junto ao II PND, que vislumbrava um planejamento gerencial para os anos de 1974 a 1979. A autora, ainda, enfatiza que muito dos caminhos a ser trilhado pelo Brasil nesse novo cenário respondiam aos fluxos deletérios emanados em face da crise do Petróleo, justamente por esse motivo, portanto, podemos observar uma diretriz segura pensada para a geração de energia com o desenvolvimento da seara petroquímica.

Torna-se objeto de relevo e disputa entre os estados da federação, por exemplo, a instalação dos Polos Petroquímicos, dentro de um consócio entre a União, as unidades estaduais e indústria privada, de modo a suprir o setor na cadeia produtiva desse recurso energético. Para tanto, foi pensando para desenvolver uma cadeia de indústria de primeira, de segunda e de terceira geração no processamento do petróleo e seus derivados. No tocante as escalas devemos classificá-las nas seguintes unidades produtivas: 1) primeira geração – produzem petroquímicas básicas; 2) segunda geração – processam esses produtos básicos para formar a cadeia intermediária; e, 3) terceira geração – chamada de indústria de transformação, pois modificam para virarem bens de consumo^{xvi}.

Exemplificando esse setor como estudo de caso, haja vista ser umas das maiores demandas da década de 70; porém, por mais intenção que tivesse o governo militar em alocar recursos para a construção e

desenvolvimento nesses polos econômicos viu os seus planos não vingarem, justamente pela contínua crise energética no plano internacional. Posteriormente após a primeira crise houve a revolução islâmica no Irã em 1979 e, mais uma vez, ocorreu mudanças drásticas no preço do petróleo e com isto na taxa de juros internacionais. No plano interno, tais consequências prejudicaram os planos e os arroubos estatizantes da ditadura civil-militar na construção das diversas empresas governamentais, bem como outras obras públicas, surpreendentemente, até prospectando instalação de energia nuclear.

Para além das crises dos setores tido como estratégico, que provava a incompetência do regime em prospectar mercados e risco, vemos também a continuidade do divórcio do campo científico que vinha tentando construir a sua inserção, mesmo com os conflitos com a arena política. Essas oscilações, igualmente, representavam como se processava a acomodação da pasta, conforme já realçado, ora junto ao gabinete da presidência, ora alocada junto a pasta de ministro, adquirindo relevo o papel do perene do ministro Delfim Neto, que na síntese atribuiu muito pouca importância para a temática, conforme podemos verificar abaixo:

[...] a presença do Ministro Delfim Neto na SEPLAM e seu descaso por essas questões (C&T) implicavam agora a gradativa desmontagem do próprio núcleo institucional a partir do qual se formulava e articulava (ainda que frequentemente de forma autônoma) a política de ciências e tecnologia.^{xvii}

Esse descaso possuía alguns motivos, pois o governo estava muito preocupado com a própria condução da ditadura que estava se esvaindo em suas mãos, precisamente pela perda de apoio da população. A

sustentação do regime era medida diretamente nas sucessivas eleições ao longo da década de 70, mais especificamente nas eleições de 1974 e 1978, em que o governo acabaria perdendo a sua base de sustentação com a eleição do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), sobretudo nos grandes centros^{xviii}.

A eleição da oposição possuía uma justificativa bem precisa, a crise econômica que grassava o país, em face dos fracassos econômicos e a incompetência dos gestores militares para condução dos rumos da economia nacional. Assim sendo, é nesse cenário conflitivo, com grandes manifestações tanto da oposição institucional quanto da sociedade organizada, que inicia-se o governo presidencial do último governo da ditadura.

O General Presidente Figueiredo governou o país de 1979 a 1985, demarcando o fim de um ciclo fortemente coercitivo em face da Doutrina de Segurança Nacional, pois transitou da “Abertura lenta, gradual e segura” proposta por Geisel, para a edição de uma Anistia política em 1979^{xix}. Contudo, mantinha-se graves debilidades na política e na economia, decididamente não houve muitas mudanças de rotas, pois mantiveram inerte o Ministro Delfim Neto nas diretrizes da economia. O Brasil definhava com a ditadura no seu crepúsculo, assim como a C&T precisaria buscar novos rumos junto as arenas públicas, bem como em conjunto com outras instâncias que pudessem dar sustentação e indicar um caminho seguro para o setor no país, conforme podemos ver a seguir com a citação: “entre 1979 e 1985, a FINEP perdeu influência no meio científico tecnológico, devido à desarticulação entre a política de ciência e tecnologia e a política econômica global ocasionada pela perda de interesse no setor científico e tecnológico, por parte das camadas dirigentes do Estado”^{xx}.

Como reflexo dessas erupções e descontinuidade, obviamente, surgia um campo científico muito descolado da realidade brasileira, haja vista que

não havia nenhuma política nacional de horizontalidade do setor. Nesse sentido, consolidava-se uma rede científica à parte, sobretudo, nos grandes centros brasileiros, especialmente no Sudeste, onde estava mais fortificado o poderio econômico nacional, assim como as grandes universidades, que a despeito da opção conflitiva e do descaso por parte do Estado brasileiro conseguia construir links por meio das universidades e fundações estaduais. Destacamos os cases de sucesso da Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e FAPESP^{xxi}; porém, colocava em posição totalmente subalterna as demais unidades estaduais que não possuíam o mesmo lastro financeiro do estado de São Paulo.

Devemos registrar a força criadora das universidades, mesmo com coerções, conseguiram impulsionar por meio de negociações e acomodações políticas^{xxii} a construção de convênios internacionais a fim de construir recursos humanos, tanto cobrando um empenho por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) como criando projetos próprios e convênios com centros de pesquisas mediante proximidade de linha de pesquisa. Ainda, em face da erosão do governo e do pouco aporte estatal, registra-se a criatividade do campo científico junto ao Terceiro Setor, como se convencionou chamar as Organizações Não Governamentais (ONGs) - que chegavam como grande novidade e com a influência diretamente do exterior, precisamente para suprir os campos onde o governo não alcançava. Melhor dito, onde não possuía interesse ou não tinha recursos para alocar, em face da crise sistêmica do Estado no período final do regime com a sua erosão - numa situação de completo abandono das instituições brasileira^{xxiii}.

Mediante o exposto, o que importa capturar nesse cenário, com certeza, é a falta de diálogo da ditadura civil-militar durante os 21 anos de governo, que legou uma política do setor totalmente elitista e desvinculada da realidade brasileira. Essa falta de diálogo irá se refletir no processo de

transição para a democracia, no próximo governo José Sarney (1985–1990).

Considerações finais: Uma transição pelo alto e os reflexos advindos para a ciência

Embora o período correspondente ao governo Sarney seja um momento político pós governo ditatorial; porém, devemos registrar que esse Presidente fora eleito através de um pleito indireto e sob os ditames ainda coercitivas imposto pela corporação militar. Também, sublinhamos que houve somente a passagem de um Presidente General para um civil, isto posto, todas as amarras impostas pela forte mão ditatorial estavam presentes na jovem democracia brasileira. Portanto, esse período ainda deve ser pensando como constitutivo e incluso dentro do longuíssimo processo de transição para a democracia iniciadas em 1974, desde o governo de Ernesto Geisel.

Cabe enfatizar que as Forças Armadas tinham verdadeiros enclaves na nova democracia^{xxiv}, melhor dito, quistos que impactavam no processo de uma transição realizada pelo alto^{xxv}. Nessa moldura institucional em disputa, a sociedade civil tentava, ao seu modo e mesmo com as limitações do período, causar rupturas com o legado anterior e interferir nos novos rumos do país: trabalho extremamente complicado, uma vez que a Nova República nascia pactuada pelas elites.

Também, devemos registrar as debilidades do próprio Estado brasileiro que emergia pós 1985 totalmente fragilizado, precisamente pelas constantes crises econômicas que foram a responsável direta pela desmoralização do regime militar. Retomando esse ponto, portanto, realçamos que o debacle no plano financeiro impactou os regimes das contas pública, o ajuste fiscal e o saldo da balança econômica brasileira

junto ao capital internacional, por conseguinte, deixando o governo Sarney em situação muito fragilizada.

O importante desse painel é analisar a conjuntura nacional e internacional da economia, precisamente para colocar em relevo a posição deficitária que estava o Brasil – não havia estabilidade política e econômica. A resolução ventilada pela classe política para acertar os rumos dirigente seria o desmonte da própria máquina pública, pois a justificavam seria o tamanho do Estado como o responsável pelos insucessos nacionais em face da sua atrofia e do engessamento^{xxvi}. Melhor explicando o pensamento do período, a configuração *per si* do Estado nacional e, conseqüentemente, do serviço público, era para onde recaía a culpa do insucesso dos rumos nacionais – curiosamente não imputado como culpado dos fracassos econômicos os longuíssimos 21 anos do regime militar – como se a máquina estatal germinasse de modo espontâneo e sem problematizar a relação de causa e efeito da gerência do corpo diretivo com a sua política econômica fracassada.

Nesse sentido, podemos evidenciar esse padrão de trajetória^{xxvii}, de acordo com o que pautado desde a introdução, que as escolhas iniciadas no início tornar-se-iam uma das marcas perenes durante todo o regime militar. Na sequência dos anos 70, mesmo com políticas públicas mais bem desenhadas, vieram a ver naufragar grande parte do parque tecnológico planejado para o setor, justamente pelos malogros da economia brasileira em face da crise do petróleo que abalou e mudou radicalmente o mundo. Soma-se ao infortúnio que o regime estava perdendo sua sustentação e vindo a corroer o poder em suas mãos.

Sumarizando o período (1964-1985), portanto, percebemos que embora possuindo algumas políticas públicas para o setor, entretanto, fora feito em cima de bases não sólidas, pois era inflado artificialmente por um “Milagre Econômico” que não se sustentou em virtude da subida das taxas

de juro, logo, solapando todo o desenho institucional da constelação dirigente que governava o país sob mãos de ferro de um Presidente General. Concluindo, também reflete com muito peso a falta de diálogo entre o campo científico nacional e a elite tecnoburocrata que elaborava as diretrizes para essa seara, evidenciando um divórcio desde o início da política do setor. E, sobretudo, as opções que a corporação militar elegera como mais importante (economia) em detrimento de outras searas tidas como secundarizadas diretamente relacionadas a C&T, dando, por conseguinte, o veredito final para o ocaso do campo científico brasileiro em consonância com o próprio colapso do regime.

Notas

ⁱ BAUMGARTEN, Maira. **O Brasil na era do conhecimento**: políticas de ciência e tecnologia e desenvolvimento sustentável. 293 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

ⁱⁱ DREIFUSS, René. 1964. **A conquista do Estado**: ação, política e golpe de classe. Petrópolis: Ed. Vozes, 1981, p. 106-107.

ⁱⁱⁱ ZAVERUCHA, Jorge. **Frágil democracia**: Collor, Itamar FHC e os militares (1990- 1998). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

^{iv} GIANNASI, Carlos Alberto. **A doutrina de segurança nacional e o “milagre econômico” (1969/1973)**. Tese (Doutorado em História Econômica) – Programa de Pós-graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. ^v GASPARI, Elio. A ditadura envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

^{vi} GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**. A esquerda brasileira: Das ilusões perdidas à Luta Armada. São Paulo: Editora Ática, 1987.

^{vii} BAUMGARTEN, Op. Cit., 2003, p. 110.

^{viii} ALBUQUERQUE, Mateus C. M. de; PERISSINOTTO, Renato. **Inflação, Política Monetária e Capacidade Política**: O Caso do CMN (1964-2018). Desenvolvimento em Debate. Rio de

Janeiro, volume 10, número 1, p. 35-56, 2022, p. 39. Disponível em: < https://inctpped.ie.ufrj.br/desenvolvimentoemdebate/pdf/revista_dd_v10_n1_mateus_de_albuquerque_e_renato_perissinotto.pdf> Acesso em 03/02/2024.

ix BAUMGARTEN, Op. Cit., 2003, p. 110.

x GORENDER, Op. Cit., 1987.

xi BAUMGARTEN, Op. Cit., 2003, p. 116.

xii PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay...terror de Estado e segurança nacional (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar**. 2 v. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

xiii VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes; PEREIRA, Analucia. **História Mundial Contemporânea (1776-1991): Da independência dos Estados Unidos ao colapso da União Soviética**. Brasília: FUNAG, 2010.

xiv BAUMGARTEN, Op. Cit., 2003.

xv Idem, p. 124.

xvi FILHO, Wilson Nobre; GUARAGNA, E. V. C. O caso da COPESUL. In.: BARBIERI, José Carlos **Organizações inovadoras: estudo de casos brasileiros**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

xvii GUIMARÃES, Eduardo A.; ARAÚJO JR.; José T. de; ERBER, Fábio S. A Política científica e tecnológica. In.: **Brasil, os anos de autoritarismo: análise, balanço, perspectiva**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1985, p. 60.

xviii KINZO, Maria D'Alva Gil. **Oposição e Autoritarismo: gênese e trajetória do MDB - 1966/1979**. São Paulo: Editora Vértice, 1988.

xix BRASIL. **Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979**. Concede anistia e dá outras providências. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm> Acesso em 03/02/2024.

xx BAUMGARTEN, Op. Cit., 2003, p. 127.

xxi MOTOYAMA, Shozo. **Fapesp - Uma História de Política Científica e Tecnológica**. São Paulo: Fapesp, 1999.

xxii MOTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**. Cultura política e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

xxiii GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

xxiv ZAVERUCHA, Jorge. Prerrogativas militares nas transições brasileiras, argentinas e espanholas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, N. 19, pp. 56-65, 1992. Disponível em:

< http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/19/rbcs19_06.pdf> Acesso 03/02/2024.

xxv SHARE, Donald. & MAINWARING, Scott. Transição pela transação: a democratização no Brasil e na Espanha. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, V. 29, N 2, p. 207-236, 1986. Disponível em: < <http://dados.iesp.uerj.br/es/edicoes/?vn=29-2>> Acesso em 03/02/2024.

xxvi SILVEIRA, Ramais de Castro. **Neoliberalismo: conceito e influência no Brasil - de Sarney a FHC**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

xxvii PIERSON, Paul. **Politics in time: history, institutions and social analysis**. Princeton: Princeton University Press, 2004.

Referências

ALBUQUERQUE, Mateus C. M. de; PERISSINOTTO, Renato, Inflação, Política Monetária e Capacidade Política: O Caso do CMN (1964-2018). **Desenvolvimento em Debate**. Rio de Janeiro, volume 10, número 1, p. 35-56, 2022, p. 39. Disponível em: <
https://inctpped.ie.ufrj.br/desenvolvimentoemdebate/pdf/revista_dd_v10_n1_mateus_de_albuquerque_e_renato_perissinotto.pdf> Acesso em 03/02/2024.

BAUMGARTEN, Maira. **O Brasil na era do conhecimento**: políticas de ciência e tecnologia e desenvolvimento sustentável. 293 f. Tese (Doutorado em Sociologia) Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

BRASIL. **Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979**. Concede anistia e dá outras providências. Disponível em:
 <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm> Acesso em 13/01/2024.

DREIFUSS, René. 1964. **A conquista do Estado**: ação, política e golpe de classe. Petrópolis: Ed. Vozes, 1981.

FILHO, Wilson Nobre; GUARAGNA, E. V. C. O caso da COPESUL. In.: BARBIERI, José Carlos **Organizações inovadoras**: estudo de casos brasileiros. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GIANNASI, Carlos Alberto. **A doutrina de segurança nacional e o “milagre econômico” (1969/1973)**. Tese (Doutorado em História Econômica) – Programa de Pós-graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**. A esquerda brasileira: Das ilusões perdidas à Luta Armada. São Paulo: Editora Ática, 1987.

GUIMARÃES, Eduardo A.; ARAÚJO JR.; José T. de; ERBER, Fábio S. A Política científica e tecnológica. In.: **Brasil, os anos de autoritarismo**: análise, balanço, perspectiva.

Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1985.

KINZO, Maria D`Alva Gil. **Oposição e Autoritarismo**: gênese e trajetória do MDB – 1966/1979. São Paulo: Editora Vértice, 1988.

MOTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**. Cultura política e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTOYAMA, Shozo. **Fapesp** – Uma História de Política Científica e Tecnológica. São Paulo: Fapesp, 1999.

PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguau no hay...terror de Estado e segurança nacional (1968–1985): do Pachecato à ditadura civil–militar**. 2 v. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós–graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PIERSON, Paul. **Politics in time**: history, institutions and social analysis. Princeton: Princeton University Press, 2004.

SHARE, Donald. & MAINWARING, Scott. Transição pela transação: a democratização no Brasil e na Espanha. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, V. 29, N 2, p. 207–236, 1986. Disponível em: < <http://dados.iesp.uerj.br/es/edicoes/?vn=29-2> > Acesso em 03/02/2024.

SILVEIRA, Ramais de Castro. **Neoliberalismo**: conceito e influência no Brasil – de Sarney a FHC. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes; PEREIRA, Analucia. **História Mundial Contemporânea (1776–1991)**: Da independência dos Estados Unidos ao colapso da União Soviética. Brasília: FUNAG, 2010.

ZAVERUCHA, Jorge. Prerrogativas militares nas transições brasileiras, argentinas e espanholas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, N. 19, pp. 56–65, 1992. Disponível em: < http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/19/rbcs19_06.pdf > Acesso 03/02/2024.

ZAVERUCHA, Jorge. **Frágil democracia**: Collor, Itamar FHC e os militares (1990–1998). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Recebido: 15/12/2023

Correções: 20/02/2024

Aceito: 20/03/2024